

Crédito entre imigrantes: experiências de *tanomoshi-ko* no bairro da Liberdade, São Paulo

Gustavo Takeshy TANIGUTI⁽¹⁾

INTRODUÇÃO

Passados mais de cem anos do início da imigração japonesa no Brasil e no Estado de São Paulo, ainda há questões pouco exploradas no debate disciplinar, e nas ciências sociais não é diferente. Foi a partir da década de 1940 que surgiram nesta área as primeiras pesquisas voltadas para o estudo dos japoneses no Brasil, especialmente na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) e na Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). Alguns dos autores do período que dedicaram atenção especial aos japoneses a partir de perspectivas sociológicas foram Emilio Willems (1941; 1942; 1947) e Herbert Baldus (1941; 1942), influenciados em grande parte pelo projeto acadêmico de Donald Pierson, voltado entre outros aspectos para o estudo de comunidades.⁽²⁾ Como desdobramento deste empreendimento inicial, nas três décadas posteriores houve um grande número de publicações dedicadas ao tema. Uma nova geração de intelectuais passou a pesquisar os imigrantes japoneses no estado de São Paulo, sendo possível mencionar: Ruth Corrêa Leite Cardoso (1959; 1972), Francisca Isabel Schurig Vieira (1973), Arlinda Rocha Nogueira (1971). Entre os japoneses ou descendentes, podemos citar: Zempati Ando (1961), Seiichi Izumi (1953) e, principalmente, Hiroshi Saito (1953; 1961; 1964; 1973; 1980). Já nas décadas de 1980 e 1990, houve um refluxo na produção acadêmica sobre esses imigrantes, de forma que, com algumas exceções, a exemplo dos estudos sobre identidades (Lesser, 2001; 2008; Takeuti, 2009) e de algumas recentes revisões bibliográficas (Mori, 2010), a agenda de debates tornou-se escassa e pouco se discute as limitações dos estudos anteriores à luz dos desafios abertos pelas reformulações conceituais e achados empíricos.

Uma revisão mais atenta da literatura nacional sobre os japoneses no Brasil nos permite constatar que pouca atenção foi dada a uma das principais atividades econômicas realizadas por este grupo de imigrantes e seus descendentes. Refiro-me às associações rotativas de crédito e poupança *tanomoshi-ko*, também conhecidas como *mujin*. Em termos do número de participantes e do montante de dinheiro envolvido, as entrevistas realizadas até o presente momento indicam que as maiores associações deste tipo estiveram localizadas no Bairro da Liberdade, em São Paulo, e tiveram participação intensa de imigrantes japoneses proprietários de estabelecimentos comerciais. Mais do

que apenas uma associação organizada com a finalidade de proporcionar ganhos financeiros sob uma lógica instrumental, os *tanomoshi* representaram um núcleo estratégico de sociabilidade intragrupo, revelando uma série de elementos de interesse investigativo para os pesquisadores. Entre eles, podemos mencionar, por exemplo, aspectos relativos à: solidariedade, confiança, risco, incerteza, identidade, status, poder entre outros.

Essa lacuna existente na literatura nacional a que me refiro necessita ser preenchida caso tenhamos interesse em contribuir para a construção de uma narrativa sobre a imigração japonesa no Brasil a partir do universo acadêmico. E é justamente neste sentido que o presente capítulo é escrito, ele oferece caminhos para a compreensão e para a análise de uma das mais importantes associações informais de imigrantes japoneses.

O texto está organizado da seguinte forma: na primeira parte realizo uma revisão da literatura sobre as associações rotativas de crédito e poupança (conhecidas na literatura internacional como *Rotating Savings and Credit Associations* ou ROSCAs) especialmente na área das ciências sociais. Dentro deste debate mais geral, que reúne as mais diversas experiências do fenômeno ao redor do mundo, localizo a experiência dos *tanomoshi-ko* em São Paulo de forma a demonstrar as suas especificidades. Em seguida, sugiro uma abordagem sociológica para a análise do fenômeno tendo como referências algumas atuais e relevantes obras que podem ser localizadas na interface entre os estudos migratórios e a chamada “nova” sociologia econômica.

O argumento central do texto é de que as experiências de *tanomoshi-ko* realizadas por imigrantes em São Paulo tiveram importância fundamental para a consolidação da presença comercial japonesa no Bairro da Liberdade. Para desenvolver tal argumento, considero os *tanomoshi-ko* enquanto instituições sociais que representam mais do que somente a expressão única de uma racionalidade econômica, ainda que ela esteja presente. Aspectos sociais e histórico-culturais são relevantes, quando não centrais em sua análise. Nos *tanomoshi-ko*, o auxílio mútuo de crédito é uma manifestação de solidariedade, vista pelos seus participantes como decorrente do cultivo de laços de amizade, de sociabilidade e de parentesco, revelando a importância das relações interpessoais presentes na construção de formas de sociabilidade dos japoneses em sua experiência migratória. A sua estrutura de funcionamento envolve mais do que somente o exercício objetivo de uma atividade econômica, ela representa espaços de interação, a exemplo da negociação de regras, normas, sanções e status.

As associações rotativas de crédito e poupança são mais popularmente conhecidas na literatura internacional como ROSCAs (*Rotating Savings and Credit Associations*), termo originalmente cunhado por Clifford Geertz no artigo “*The Rotating Credit Association: A ‘Middle Rung’ in Development*”, publicado no ano de 1962. Ainda que o autor não tenha sido o pioneiro em dedicar-se ao estudo destas associações, seu artigo teve grande repercussão no meio acadêmico, especialmente entre os antropólogos. As ROSCAs podem ser definidas sucintamente enquanto uma associação formada por um núcleo de participantes que concordam em fazer contribuições para um fundo. Este é

concedido de forma integral ou parcial a um dos participantes em sessões rotativas (Ardener, 1964; Biggart, 2001) que geralmente são acompanhadas de festividades ou banquetes. Tais associações são geralmente informais e existem ao redor do mundo (Japão, China, Índia, Nigéria, Java, Vietnã, Camarões, Itália, Gana, Indonésia, Guatemala, Nepal, Malásia, Jamaica, Coréia, etc) sob diversas formas (Low, 1995). Isto significa que há variações no que diz respeito às características gerais de seu funcionamento de acordo com o grupo que as organizam, principalmente no que diz respeito à terminologia; às formas de associação; à duração; aos bens que circulam; às regras; aos procedimentos; às sanções; ao número de participantes; ao montante envolvido;

Apesar da pluralidade de exemplos existentes, na grande maioria das experiências de ROSCAs analisadas na literatura é possível encontrar algumas características em comum entre elas: a sua organização é realizada em pequenos ou médios grupos, que podem chegar a reunir mais de trezentas pessoas; são compostas por indivíduos geralmente ligados por relações de proximidade (familiares, de amizade e étnicas); possuem o princípio geral de criar um sistema informal e coletivo de crédito; A sua existência pode ser atribuída a restrições estruturais sofridas por indivíduos ou grupos, como: dificuldades de acesso a instituições financeiras formais, à educação, aos serviços públicos, ao mercado de trabalho (Biggart, 2001).

AS ASSOCIAÇÕES ROTATIVAS DE CRÉDITO E POUPANÇA: DO “EXOTISMO” AOS DESAFIOS ATUAIS

É difícil informar com precisão quais são os primeiros registros sobre as associações rotativas de crédito e poupança. Com relação aos *tanomoshi-ko*, Deckle & Hamada (2000) afirmam que uma das primeiras referências a estas associações que se tem notícia consta em documentos japoneses do período *Kamakura* (1192-1333), mais precisamente do ano de 1255, sob o nome de *mujin*, cuja tradução mais próxima seria “inesgotável”. Para Embree (1946), documentos do mosteiro de *Koyasan* do ano de 1275 também fazem referência a elas. Apesar desta incerteza, é possível estabelecer um panorama geral dos estudos sobre as ROSCAs na literatura das ciências sociais contemporânea. Mesmo que entre as décadas de 1920 e 1930 alguns autores já descreviam formas de associações semelhantes às ROSCAs em breves registros etnográficos sobre vilas camponesas — como por exemplo os livros “*Life in South China*” (1966 [1925]), de Daniel Harrison Kulp e “*Peasant Life in China: A Field Study of Country Life in the Yangtze Valley*” (2008 [1939]), de Hsiao-Tung Fei, cujo prefácio foi escrito por Malinowski —, as pesquisas totalmente dedicadas ao tema e que estavam inseridas em debates acadêmicos mais amplos surgiram na década de 1950 entre os antropólogos. Trazê-las à discussão permite-nos apontar algumas das principais contribuições e também limitações desses estudos precursores, bem como apresentar os seus desdobramentos e sugerir novas interpretações sobre as ROSCAs.

Bascom (1952), Ardener (1953) e principalmente Geertz (1962) podem ser considerados os

principais autores que iniciaram o debate estritamente acadêmico sobre as ROSCAs. Talvez uma das grandes contribuições de Geertz em seu artigo — e que justifica uma maior atenção sobre ele — é a ampliação qualitativa dos estudos sobre o fenômeno na área das ciências sociais. Além de cunhar o termo como hoje ele é conhecido na literatura, Ardener (1964) e Low (1995) ressaltam que se trata do primeiro estudo comparativo sobre o tema. Enquanto Geertz avançou neste sentido, as pesquisas anteriores, de Bascom e Ardener, foram estudos de caso, priorizando o relato detalhado da ROSCAs. Já Geertz utiliza dados das associações que analisou entre 1953 e 1954 (os *Arisan* de Java, na Indonésia) com relatos e estudos de outras associações deste tipo existentes ao redor do mundo, como por exemplo: os *Hui*, de Xangai, na China; os *Ko* do Japão; os *Ho* do Vietnã; os *Esusu* da Nigéria; Conquanto portador de aspirações universalizantes, o esforço analítico do autor permitiu de certa forma situar o debate sobre as ROSCAs em um corpo teórico mais elaborado, superando assim os relatos mais primários e descritivos existentes até então. Entretanto, veremos que pouca continuidade foi dada à discussão teórica sobre o tema na sociologia, que encontra atualmente nos estudos migratórios e na chamada “nova” sociologia econômica uma alternativa.

Apesar da epígrafe do artigo de Geertz ser de autoria de Gunnar Myrdal, o argumento central do autor é baseado no pensamento do sociólogo israelense Shmuel Eisenstadt, especialmente a partir do artigo “*Sociological Aspects of the Economic Adaptation of Oriental Immigrants in Israel: A Case Study in the Problem of Modernization*”, de 1956. Neste texto, Eisenstadt propõe demonstrar as formas pelas quais orientações de valor tradicionais foram eficientes na adaptação de imigrantes — vindos do Iêmen, do Irã e de países do norte da África — em Israel. A sua análise, cujo eixo é centrado no processo de “modernização”, pressupõe a existência de um dualismo entre estruturas societárias tradicionais e modernas no processo de adaptação destes imigrantes. Em linhas gerais, esta adaptação ocorreria da seguinte forma: por um lado, as relações familiares, de parentesco, de autoridade e de cunho religioso permaneceram intensas entre os imigrantes desses países que o autor considera como “subdesenvolvidos”. Por outro lado, os mesmos obtiveram sucesso em ajustar-se à configuração econômica “desenvolvida” do país de destino, através da criação de cooperativas agrícolas, ou *moshavs*. Dessa forma, segundo o autor, teria havido uma espécie de “simbiose” entre a estrutura societária tradicional dos imigrantes e uma outra, “mais racional”, de forma que as cooperativas funcionariam como instituições intermediárias que colocariam em contato motivações tradicionais e funções modernas, orientadas para o mercado.

Para Geertz, as ROSCAs teriam uma função semelhante às cooperativas dos imigrantes estudados por Eisenstadt, ou seja, seriam produto da mudança de uma sociedade agrária tradicional para uma outra, mais “fluida” do ponto de vista do mercado. Tais associações são definidas pelo autor como “*um dispositivo pelo qual formas tradicionais de relações sociais são mobilizadas de forma a atender funções econômicas não-tradicionais*” (Geertz, 1962, p.242, tradução nossa). Neste ponto reside o seu argumento central: a função mediadora das ROSCAs no processo de mudança, ou seja, tratar-se-ia de um “degrau” intermediário no processo de desenvolvimento societário.

Tal mudança ocorreria em vários aspectos do sistema social mais amplo (político, religioso, familiar, entre outros), e as ROSCAs seriam uma das várias associações mediadoras existentes, mas estas seriam particulares por relacionar formas modernas e formas tradicionais de organização da vida econômica. Neste micro-universo de tensão, cuidadosamente construído por Geertz, duas forças contrárias parecem interagir no processo de penetração do comércio em sociedades predominantemente agrárias: haveria uma força no sentido de autonomização das atividades econômicas em relação às atividades não-econômicas tradicionais, e outra força no sentido inverso, caracterizado pela predominância de valores tradicionais sobre as atividades econômicas. Observa-se aqui uma separação mais explícita entre mercado e sociedade.

Neste jogo de forças, as ROSCAs teriam a capacidade de balancear os dois pólos, permitindo a configuração de um certo “equilíbrio” societário. Apesar disso, Geertz ressalta que essa capacidade mediadora das ROSCAs não é algo tão regular quanto aparenta, ela é limitada a poucos casos já que a mudança do sistema social mais amplo seria algo dinâmico e inescapável. Isto significa que é possível haver uma variedade de configurações societárias intermediadas pelas ROSCAs, desde aquelas em que há a predominância de valores tradicionais, ritualísticos, solidários, até aquelas em que há um crescente movimento em direção à institucionalização, à racionalização e à impessoalidade das atividades comerciais. Apesar desta ressalva, o autor considera o processo de penetração do comércio em sociedades predominantemente agrárias um fato mais geral e, vale reforçar, seria algo inevitável.

Em suma, para o autor, o interesse sobre as ROSCAs, seja do ponto de vista teórico ou prático, poderia ser expresso: 1) na sua capacidade de mobilizar relações tradicionais e, numa espécie de síntese com as formas modernas de organização econômica, transformá-las em outras e novas formas de relação; 2) na formação desta instituição, cuja função significativa é a princípio facilitar a mudança cultural e social enquanto resposta a problemas e a processos econômicos (Idem, p. 261);

Apesar da inegável contribuição de Geertz, as limitações do seu argumento são basicamente três: a primeira diz respeito ao teor de exotismo que conferiu às sociedades que analisou. Todos os casos de ROSCAs descritos em seu artigo eram de vilas rurais de países da Ásia e da África e distantes de centros urbanos. Ao trabalhar com casos isolados geograficamente e, mais do que isso, ao tomar de empréstimo a perspectiva das “instituições intermediárias” de Eisenstadt, o autor exacerba o “inevitável” processo de desenvolvimento dessas localidades, representado pelo avanço de uma racionalidade predominantemente econômica. Segundo o próprio autor: “*É sugerido aqui, então, que a associação rotativa de crédito é algo como um degrau intermediário no processo de desenvolvimento de uma sociedade majoritariamente rural e agrária para uma em que o comércio exerce um papel cada vez mais crucial*” (Geertz, 1962, p. 262, tradução nossa). Essa perspectiva limita a compreensão das ROSCAs enquanto fenômenos mais gerais, uma vez que desconsidera a sua presença em contextos urbanos, a exemplo dos *kye* praticados por imigrantes coreanos em Los Angeles (Light, 1972; Light et al., 1990; Light & Deng, 1995).

A segunda limitação é resultante da primeira, e diz respeito ao recurso metodológico que separa claramente os “valores tradicionais” (como a solidariedade, parentesco, laços comunitários) da atividade econômica (como o comércio). Ainda que Geertz considere a existência de um gradiente no processo de penetração do comércio nas sociedades, há uma separação clara entre mercado e sociedade. Trata-se de uma ferramenta de análise que promove a divisão explícita e artificial entre dois aspectos da vida social que, a meu ver, não podem ser dissociados, a menos que concebidos sob enquanto “tipos-formais”, ou seja, aproximações ideais de padrões de comportamento coletivo que, enquanto pressuposto, não necessariamente encontram correspondência objetiva.

Complementando estas duas limitações, a terceira e última foi enunciada por Ardener, que resalta o fato de que Geertz considera os *tanomoshi-ko* no Japão enquanto ROSCAs majoritariamente orientadas por valores tradicionais, o que segundo a autora é um engano: “*Para tomar como exemplo os ko japoneses, estes variam amplamente em tipos, e incluem associações que são registradas, que possuem documentos carimbados oficialmente e que requerem garantias*” (Ardener, 1964, p. 221, tradução nossa). De fato, Geertz apóia-se nas características dos *tanomoshi-ko* do vilarejo japonês de Suye Mura descritos por John Embree (1946) e, a partir deles, faz generalizações. O fato é que as características “tradicionais” dos *tanomoshi-ko* de Suye Mura eram um caso à parte. Suye Mura era um vilarejo que o próprio Embree, em etnografia sob orientação de Radcliffe-Brown, fez questão de escolher como objeto de estudo por ser relativamente pequeno e afastado das grandes cidades. Nos centros urbanos, as ROSCAs já eram reguladas pela *Mujin Gyo-Ho*, lei aprovada pelo parlamento japonês em 1915, ou seja, eram caracterizadas por uma lógica racional, impessoal e instrumental (Deckle & Hamada, 2000). No Japão, os *tanomoshi-ko* de Suye Mura eram, portanto, a exceção, e não a regra.

A partir desses textos precursores, o interesse sobre as ROSCAs cresceu consideravelmente entre os cientistas sociais, sendo possível destacar que uma das principais características das pesquisas subseqüentes foi a ampliação dos estudos de caso. A grande maioria deles descreveu detalhadamente as experiências dessas associações ao redor do mundo. Especialmente entre os antropólogos, as ROSCAs de países africanos e asiáticos foram os mais explorados, como os *Hui* na China (Wu, 1974), os *Esusu* na Nigéria (Bouman, 1995), entre outros. No entanto, a ampliação dos estudos de caso ocorreu em grande parte com base em exemplos de localidades rurais, e não com base naqueles existentes em contextos urbanos. O “exotismo” presente nas etnografias de sociedades cujas formas de organização eram bastante distintas foi — e ainda é — algo presente nos estudos sobre ROSCAs. Somente na década seguinte à publicação do texto de Geertz é que a sua tese (de que as associações rotativas de crédito eram instituições intermediárias no processo de desenvolvimento de sociedades agrárias) passou a ser confrontada, como em Light (1972), Kurtz (1973), Wu (1974) e Bonnett (1980). Estes observaram que esse tipo de atividade era praticada não somente por grupos de habitantes de vilarejos rurais, mas também por imigrantes e por pequenos comerciantes de grandes cidades enquanto resposta a restrições estruturais, a exemplo das dificuldades

de acesso à crédito formal, como os altos juros cobrados, às exigências formais e à desconfiança deste tipo de empréstimo feito através dos bancos.

A partir das constatações destes autores é que as ROSCAs passaram a ser compreendidas enquanto um dos importantes aspectos da vida dos imigrantes nas sociedades de destino, atualmente fazendo parte da discussão sociológica daquilo o que Light (2005) denomina “economias étnicas”. Entretanto, como aponta Low, ao fazer um balanço da literatura:

Além do nível descritivo, a literatura desaponta pelo fato de não ser orientada a questões. (...) O maior problema é a falta de metodologia. (...) Poucos escritores lidaram com os assuntos levantados por Geertz (1962), que sugeriu que as ROSCAs formavam um degrau intermediário no desenvolvimento econômico e que elas desapareceriam assim que as economias se tornassem mais sofisticadas. (Low, 1995, p. 6, tradução nossa)

No caso dos *tanomoshi-ko*, são raros os estudos sobre a sua prática fora do Japão, ou seja, por imigrantes japoneses, mesmo nos Estados Unidos e no Brasil, dois dos países que historicamente mais receberam esses estrangeiros. Apesar de Cardoso (1972) mencionar brevemente a existência dessas associações, o registro mais detalhado sobre os *tanomoshi-ko* no Brasil é encontrado na etnografia de Francisca Isabel Schurig Vieira “*O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*”, de 1973. Nesta obra, como o próprio título sugere, a autora aborda o fenômeno partindo de uma análise centrada no processo de “aculturação” do imigrante no Brasil. A perspectiva de Vieira, curiosamente apóia-se, assim como faz Geertz, nos estudos de adaptação de imigrantes de Eisenstadt. Uma breve revisão do livro dessa autora nos ajuda a constatar a sua aproximação com Geertz no que se refere ao papel que as associações rotativas de crédito desempenham na vida dos imigrantes.

Segundo a autora, as associações “étnicas” desempenhariam um papel importante no processo de absorção dos japoneses na cidade de Marília, no estado de São Paulo. Tomando de empréstimo a formulação de Eisenstadt (1954) sobre as “agências étnicas formalizadas”, Vieira descreve associações recreativas, religiosas, esportivas e econômicas de japoneses existentes à época. Segundo a autora, estas seriam “*agentes que facilitam a transformação do grupo e amortecem a transição para os imigrantes*” (Vieira, 1973, p. 165). Tal transição ocorreria com a extensão da participação dos japoneses nas principais esferas institucionais da sociedade brasileira. Dessa forma, quanto maior fosse o avanço econômico e social, maior seria a força que dissolve a coesão “étnica”. Aqui, a aproximação entre Vieira e Geertz aparece de forma mais visível, pois as ROSCAs são entendidas enquanto “instituições intermediárias”.

Para Vieira, os *tanomoshi-ko* representariam uma das associações que facilitam o processo de absorção dos imigrantes, ao mesmo tempo em que são expressão da solidariedade “étnica” do grupo: “*Os tanomoshi-ko são associações exclusivas do grupo étnico, organizadas privadamente e inex-*

istentes do ponto de vista legal. A observância dos compromissos assumidos é, entretanto, questão de honra, ligada à reputação e ao status da família dentro do grupo étnico” (Idem, p. 220). Ainda que de formas particulares, no conjunto de suas obras, tanto Cardoso quanto Vieira fazem uso de uma perspectiva cultural-assimilacionista, centrada no processo de “aculturação” do imigrante no Brasil. As limitações desta perspectiva podem ser resumidas na crítica de Seyferth que, ao discutir a produção das ciências sociais sobre os alemães no Brasil, constata que os pesquisadores dos estudos migratórios “*viam manifestações de natureza étnica como resíduos ou sobrevivências resistentes à mudança imposta pela sociedade nacional e destinados ao desaparecimento progressivo*” (Seyferth, 1996, p. 17). Já Zhou (1997) afirma que os assimilacionistas clássicos partiam do pressuposto de que haveria um processo natural em que os diversos grupos “étnicos” tenderiam a abandonar as suas características tradicionais e serem assimilados através de sua integração (ocupacional e cultural) em um período de gerações. A autora chama a atenção para o fato de que, ao menos nos Estados Unidos, dados empíricos demonstram que tais previsões assimilacionistas não se concretizaram.

Apesar do “exotismo” ter sido em partes superado pela descoberta da prática das ROSCAs por imigrantes em contextos urbanos, o desafio de sua compreensão reside atualmente em desenvolver pesquisas em um corpo teórico consistente, que ofereça respostas às limitações dos estudos anteriores e demonstre o espaço da interpretação sociológica sobre as atividades econômicas. Um possível caminho é sugerido por autores que procuram reunir os estudos migratórios às recentes contribuições da chamada “nova” sociologia econômica. Basicamente, autores têm considerado os fatores não-econômicos e institucionais — especialmente a solidariedade grupal entre os imigrantes — como centrais para a explicação de seu processo de mobilidade social e dos modos de incorporação econômica na sociedade de destino. Neste sentido, as associações rotativas de crédito e poupança são fenômenos de grande interesse investigativo. Segundo Granovetter:

Em países em desenvolvimento e em países desenvolvidos, da mesma forma, pequenas novas empresas sempre tiveram dificuldade em obter capital de instituições formais, como os bancos, que não possuem formas de avaliar os riscos de empreendimentos deste tipo e, considerando a sua pequena escala, eles não consideram economicamente vantajoso investir na aquisição de tais informações. Assim, é comum observar a capitalização por meio da família e dos amigos. Mas a quantidade de capital que pode ser tão levantada é sempre pequena, e isso cria uma vantagem comparativa para as associações rotativas de crédito.

Tais associações são amplamente difundidas no mundo inteiro, e têm recebido atenção especial no Japão, China, Sudeste Asiático, Índia, África Ocidental e Caribe.
(Granovetter, 1995, p. 138)

OS DESAFIOS DA INTERPRETAÇÃO: EM BUSCA DE NOVAS ABORDAGENS

Através de uma revisão da literatura sobre as ROSCAs pudemos perceber que: uma das contribuições dos estudos comparativos foi demonstrar que as Associações Rotativas de Crédito e Poupança são fenômenos mais gerais, existem ao redor do mundo, mas são praticados somente por certos grupos; o debate estritamente acadêmico surge somente na década de 1960; a descoberta de que as ROSCAs são praticadas em contextos urbanos surge a partir das experiências de imigrantes nas grandes cidades, colocando em xeque certo “exotismo” presente nos estudos precursores; até hoje, os *tanomoshi-ko* foram pouco estudados, principalmente os casos praticados fora do Japão; há uma pluralidade de enfoques de pesquisa, a grande maioria delas está centrada em estudos de caso; há falta de um debate mais consistente do ponto de vista teórico;

Além da área das ciências sociais, podem ser percebidos alguns avanços recentes nos estudos das ROSCAs nas últimas duas décadas. Vale ressaltar o aumento do interesse de pesquisa por parte dos economistas que, movidos basicamente pelos temas do microcrédito, da economia informal e do risco, têm contribuído para a compreensão da estrutura de funcionamento dessas associações. Segundo Biggart (2001), os economistas do desenvolvimento têm aplicado princípios da teoria neoclássica à economia informal criando modelos de interpretação sobre as condições econômicas nas quais as ROSCAs são vantajosas se comparadas às instituições formais de crédito, como fazem Besley, Coate e Loury em “*The Economics of Rotating Savings and Credit Associations*” (1993). No entanto, a interpretação econômica parece ser parcialmente satisfatória para explicar as condições sociais de surgimento e de realização das ROSCAs.

É necessário também ressaltar que, ao contrário de outros tipos de organização de crédito como os consórcios, as ROSCAs são um sistema informal de crédito e poupança baseado na confiança mútua entre indivíduos, não utilizam intermediários formais, não envolvem grandes números de participantes. A sua estrutura possui uma lógica econômica que permite a circulação de capital e a possibilidade de ganhos financeiros, mas esta lógica está sempre inscrita em estruturas de relações sociais e representam mais do que apenas uma associação organizada com o objetivo de maximizar ganhos do ponto de vista meramente instrumental. Como bem aponta Vieira: “*Os tanomoshi-ko formam, portanto, um sistema fechado de crédito, limitando a aplicação das poupanças dos japoneses e a formação do capital ao próprio grupo étnico. Nesse sistema crediário o econômico e o social não são claramente distinguíveis*” (Vieira, 173, p. 225).

As análises fundamentadas somente na gerência mercantil parecem ser insuficientes para explicar o funcionamento dos mercados e a prática das atividades econômicas, sendo necessário introduzir as diversas formas de comportamento social para sustentar a articulação entre atores e mercado (Steiner, 2006). As Associações Rotativas de Crédito e Poupança, por exemplo, possuem configurações tão fundamentadas em laços pessoais e na interação humana que as tentativas de

explicá-las sem considerar tal fato tendem a abordar somente uma parte da questão. Neste sentido, a proposta da chamada “nova” sociologia econômica oferece caminhos teóricos interessantes. Este campo disciplinar tem seu início demarcado pela discussão lançada por Mark Granovetter em texto seminal para a história do campo: “*Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness*” (1985). Nele, o autor reivindica o espaço da interpretação sociológica sobre os fenômenos econômicos, algo que remonta aos autores clássicos das ciências sociais, especialmente Max Weber.

Mais do que isso, neste texto Granovetter realiza uma crítica aos pressupostos teóricos da economia clássica e neoclássica, especialmente à vertente da economia institucional, cujo representante mais proeminente à época era Oliver Williamson. Como alternativa aos esquemas mentais elaborados pela economia, que pressupõem um comportamento racional e de interesse pessoal minimamente afetado pelas relações sociais, o autor propõe a perspectiva de *enraizamento*, ou seja, a idéia de que “os comportamentos e as instituições a serem analisados são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido” (Granovetter, 1985, p. 481). Discute-se aqui uma nova proposta de compreensão entre a ação econômica e a estrutura social.

Esta noção de *enraizamento* remete ao argumento de Polanyi, para quem o mercado não representa a forma universal de organização da economia, mas é somente uma representação historicamente situada. Granovetter afirma que Polanyi estava certo ao assumir a influência das forças sociais na constituição dos mercados modernos, mas discorda da visão de que a economia representaria cada vez mais uma esfera autônoma na sociedade moderna, movida por cálculos racionais de ganho individual. Dessa forma, diferente do que ocorre nas ciências econômicas, a abordagem da sociologia econômica entende que a ação econômica é socialmente orientada e que as normas sociais, valores, relações e estruturas moldam não somente as intenções dos indivíduos, mas também as estratégias e os recursos empregados para a realização dessas atividades. Ainda que a própria racionalidade do ator enquanto disposição instrumental seja alvo de discussões e discordância entre autores da “nova” sociologia econômica, há consenso na idéia de que, metodologicamente, o indivíduo não pode ser analisado de forma isolada e atomizada. (Granovetter, 1985; Beckert, 1996).

Na tentativa de sistematizar as ferramentas utilizadas na análise de sociologia econômica, Swedberg (2004) elege seis elementos que devem ser contemplados: *interesse; ação econômica enquanto ação social; ordem econômica; trocas; enraizamento; campo*. No entanto, uma das principais críticas dirigidas ao conjunto de autores que constituem a chamada “nova” sociologia econômica é a falta de um consenso a respeito das teorias, das ferramentas de análise utilizadas e das concepções de mercado (Zelizer, 1988; Portes, 2010), de forma que é possível identificar um conjunto de vertentes analíticas, que divergem com relação àquilo que seria constitutivo dos mercados. Nelas, seria possível incluir uma linha de investigação que é atualmente conhecida como “sociologia econômica da imigração”.

Para Peixoto (2004), o seu principal expoente é Alejandro Portes, cuja obra tem sido dedicada à

utilização de conceitos desenvolvidos pela “nova” sociologia econômica aos estudos migratórios (Portes, 1995). Nesta linha de investigação, considera-se central a importância das relações interpessoais nas atividades econômicas e como a sua configuração afeta os empreendimentos de um determinado grupo. Estas possuem lugar na constituição de normas, valores, restrições e oportunidades que, por exemplo, permitem a ocorrência da mobilidade social e da inserção de imigrantes na sociedade receptora.

Considerar a ação econômica enquanto ação social parece ser um ponto de partida para superar algumas das limitações dos estudos sobre ROSCAs como é o caso da dicotomia tradição-modernidade, presente na discussão inaugurada por Geertz. Nesta, a relação entre racionalidade econômica e valores tradicionais é algo estruturante. Isto significa conceber o mundo social a partir da contradição, incompatibilidade e incomensurabilidade entre categorias que se opunham: relações íntimas e impessoais; sentimento e racionalidade; solidariedade e interesse próprio (Zelizer, 2005); Esta oposição, ou seja, o sentimento de que a racionalidade corrompe formas de solidariedade, foi uma das características do pensamento clássico da sociologia em autores como Tönnies, Weber e Marx e fora retomado em um primeiro momento da análise das ROSCAs. Considerar que a ação econômica é influenciada pelas relações pessoais evita esta separação entre dois universos opostos e conflitantes, pois a racionalidade econômica não é mais concebida enquanto autônoma da vida social. A atenção recai para as relações sociais e sua importância na construção de estratégias orientadas para a institucionalização das relações entre membros de um determinado grupo.

Ao mesmo tempo, a perspectiva da chamada “nova” sociologia econômica possibilita reivindicar o espaço da interpretação sociológica que não existe nos modelos de análise dos economistas, como aqueles utilizados na “economia das associações rotativas de crédito e poupança” (Besley, Coate & Loury, 1993; Sandsør, 2010). Para compreender as razões dos ganhos obtidos nas ROSCAs, estes autores utilizam modelos de economia monetária sustentados por condições ideais de análise, como: a inexistência de acesso à crédito formal entre membros do grupo; preferências intertemporais idênticas entre os indivíduos; estes têm como objetivo maximização da utilidade; e preferem sempre uma quantidade maior a uma quantidade menor de bens econômicos;

Os vários casos colhidos na literatura permitem mostrar que as suposições daqueles modelos da economia são bastante limitados pois, ao não considerar a importância das relações pessoais enquanto determinante nas escolhas e na atividade econômica, deixam de observar que: existe acesso à crédito formal, mas os indivíduos que sofrem certas restrições para consegui-las (como os imigrantes) elegem outras formas de acesso à crédito; as preferências dos indivíduos não são idênticas, pois há casos em que estes participam de várias grupos de ROSCAs ao mesmo tempo, em alguns casos oferecendo crédito e em outros poupando; há casos de ROSCAs cujos participantes não possuem a princípio o objetivo de maximizar a utilidade do capital investido, a exemplo dos *tanomoshi-ko* organizados para ajudar um membro mais necessitado do grupo; quando o objetivo das ROSCAs é de auxílio mútuo, os participantes podem preferir não ter ganhos como forma de

demonstração de sua solidariedade;

Vimos que essas associações envolvem práticas de auxílio financeiro mútuo entre indivíduos, mas são restritas a determinados grupos, ou seja, não existem em qualquer lugar e em qualquer situação. Foi ressaltado também que elas não são praticadas somente em localidades rurais, mas também em grandes cidades. Na tentativa de categorizar as condições básicas que permitem o seu funcionamento, o estudo comparativo de Biggart (2001) identifica o que seria a “lógica situacional”, ou seja, o conjunto mais amplo de características das ROSCAs, a saber: 1) uma ordem social com base em laços comunitários; 2) comprometimento coletivo com obrigações; 3) estabilidade social e econômica; 4) isolamento social e econômico; 5) *status* social similar entre os participantes;

Mas, mais do que estabelecer este ponto de partida representado por autores da “nova” sociologia econômica e, além de categorizar quais seriam as condições para a existência das ROSCAs, Zelizer sugere uma outra abordagem. A autora procura identificar aquilo que denomina “circuitos de comércio”, ou seja, estruturas que facilitam a coexistência de laços íntimos e impessoais, rejeitando a suposição generalizada de que os mercados *ipso facto* corrompem as relações pessoais sustentadas pela solidariedade:

Trata-se de diferentes entendimentos, práticas, informações, obrigações, direitos, símbolos e moedas-de-troca. Eu os denomino circuitos de comércio no sentido antigo da palavra, em que comércio significava conversação, intercâmbio, intercurso, formação mútua. Eles variam das mais íntimas transações às mais consideravelmente sociais.

(Zelizer, 2005, p. 4)

Zelizer constata que as formulações conceituais mais convencionais da “nova” sociologia econômica, como a análise de redes sociais, classes, mercado e firmas não capturam adequadamente a complexidade das interações sociais dos circuitos. Estes possuem algumas características de redes, mas não se limitam a elas e nem mesmo são esgotados pela idéia de comunidade. Alguns dos exemplos de circuitos que a autora sugere são as Associações Rotativas de Crédito e Poupança, as remessas de imigrantes e as moedas particulares ou “especiais”. Os circuitos são bastante distintos no que se refere à particularidade das conexões entre indivíduos, no significado atribuído à atividade econômica, às formas de intercâmbio, ou seja, é considerado o fato de que a troca é invariavelmente conduzida em configurações sociais e culturais particulares. O desafio de compreender quais as configurações de relações pessoais que os indivíduos carregam em suas atividades econômicas dotadas de sentido ganha outras possíveis respostas.

Segundo Zelizer, deve-se estar atento: às condições e aos processos em que os circuitos se formam; a como eles se mantêm ao longo do tempo e como desaparecem; a como os limiares operam e controlam os comportamentos de membros de um grupo, ao mesmo tempo em que assinalam as diferenças entre aqueles que fazem parte e aqueles que estão fora do circuito; ao que é revelador e

como ocorre a consciência de que um membro é parte do circuito;

Ao longo da análise dos *tanomoshi-ko* de comerciantes do Bairro da Liberdade, veremos como tais questões ressaltadas por Zelizer e também por Biggart surgem enquanto fatores essenciais no entendimento dessas associações, que tiveram importância central no desenvolvimento e na manutenção de estabelecimentos comerciais de japoneses e descendentes no Bairro da Liberdade. Antes disso, cabe fazer uma breve reconstrução do ponto de vista das ciências sociais sobre as condições em que os *tanomoshi-ko* surgem especificamente na experiência migratória dos japoneses em um contexto urbano.

OS *TANOMOSHI-KO* DO BAIRRO DA LIBERDADE, EM SÃO PAULO

No contexto da experiência migratória de japoneses para o estado de São Paulo a partir do Pós-Guerra, pode-se dizer que os *tanomoshi-ko* eram praticados por um grande número de japoneses e filhos de japoneses e, ainda que segundo os entrevistados houvesse *tanomoshi-ko* praticados em outras localidades, os maiores deles estavam no Bairro da Liberdade, em São Paulo. Historicamente, este bairro concentrou um grande número de imigrantes japoneses e, especialmente a partir da década de 1960, passou a ser considerado o “bairro oriental” da cidade, conhecido pela presença de estabelecimentos comerciais de japoneses. Suzuki (1969) ao analisar o “Recenseamento da Colônia Japonesa” demonstra que, em 1958, dos 325.889 japoneses residentes no estado de São Paulo, 106.919 estavam na capital e nas áreas suburbanas, sendo que os bairros da Sé e da Liberdade concentravam cerca de 17% dos japoneses na cidade de São Paulo. Estes dois bairros somente concentravam menos japoneses do que o bairro de Parelheiros, de maior dimensão geográfica.

Os poucos estudos que procuraram investigar como ocorreu a constituição deste “bairro japonês”, e por quais motivos ele passou a ser povoado por este grupo de imigrantes afirmam que o deslocamento do primeiro núcleo de japoneses (localizado nos arredores da rua Conde de Sarzedas) para outros locais foi parte do processo de recuperação e expansão do bairro no período Pós-Guerra (Negawa, 2000). Com a participação do Brasil na Segunda Guerra, iniciado em 1942, houve a evacuação dos japoneses da rua Conde de Sarzedas, que passaram a se estabelecer, entre outros, nos arredores da Rua Galvão Bueno, no Bairro da Liberdade. Já Kishimoto (2010) ressalta a importância do Prédio Niterói e o cinema de filmes japoneses que lá funcionou entre as décadas de 1950 e 1980. Para este autor, este estabelecimento teve importância fundamental para a formação e a consolidação do comércio japonês na região ao se constituir enquanto um canal de divulgação da cultura japonesa na cidade. Em dias atuais, o Bairro da Liberdade continua a ser uma referência para a comunidade japonesa e *Nikkei* em São Paulo, lá está concentrada a maior parte das associações de províncias japonesas, museus de cultura japonesa, órgãos de assistência a brasileiros que emigram para o Japão, além de um grande número de estabelecimentos comerciais de produtos tipicamente orientais.

Apesar do avanço na discussão do tema promovido pelas pesquisas de Negawa e Kishimoto, atualmente não há a sistematização de dados quantitativos disponíveis que demonstrem a presença dos estabelecimentos comerciais desses imigrantes no Bairro da Liberdade por séries históricas e, em que medida se trataria de um caso de “enclave étnico”. Trata-se de uma grande lacuna a ser preenchida, pois isto permitiria uma melhor compreensão da dinâmica urbana em contextos de presença de imigrantes. Zhou (1997), por exemplo, utiliza um conjunto de dados econômicos e sócio-demográficos que tornaram possível uma melhor análise da formação da *Chinatown* de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Este desafio da construção de dados, aliado a uma abordagem atenta a questões relacionadas à experiência da imigração parece ser um campo fértil para a contribuição dos pesquisadores.

O bairro da Liberdade é, portanto, um lugar estratégico para se analisar dos *tanomoshi-ko*. Estas associações possibilitaram o fortalecimento de laços comunitários de indivíduos que compartilhavam a origem japonesa e a condição de imigrante, assim como também foram uma dentre várias estratégias de organização de sua vida social. Argumento que a prática dos *tanomoshi-ko* teve importância fundamental para o desenvolvimento e a manutenção de estabelecimentos comerciais de japoneses e descendentes no Bairro da Liberdade a partir do período Pós-Guerra, pois eles tornavam possível o acesso a quantias consideráveis de dinheiro que, entre outras coisas, era aplicado sob a forma de capital de giro. Mas esta característica de cunho claramente financeiro não poderia se constituir sem que houvesse uma configuração que lhe conferisse significado, e este é bastante singular, como veremos adiante. Os *tanomoshi-ko* são parte um período específico da imigração japonesa em São Paulo em que uma série de elementos — relativos à solidariedade intragrupo, ao auxílio mútuo, a sanções, a regras, à privação de oportunidades, ao preconceito — tem o potencial de revelar estratégias criadas pelos japoneses como forma de reprodução e manutenção de um universo social particular que ainda aguardava a aceitação da maioria da população.

A discussão acadêmica a respeito do preconceito contra os japoneses na sociedade brasileira é algo recente e pode ser encontrada em um segmento da literatura que denomino “*estudos das construções identitárias*”, produzido principalmente a partir da década de 1990 e que congrega pesquisas, especialmente de cunho antropológico, centradas na imigração japonesa. Elas valorizam a negociação da identidade nipo-brasileira, tal como se expressou desde o início da experiência migratória até os dias atuais, negociação longo por ter tido que confrontar a crença, difundida num primeiro momento (entre as décadas de 1910 e 1940) de que os japoneses eram inferiores e inassimiláveis. Apesar desta discussão ser algo em aberto, ela permite expor de uma forma mais geral algumas das condições e dos processos que tornam possível reconstruir o contexto em que o “circuito” dos *tanomoshi-ko* se formou em São Paulo.

Ao menos desde a década de 1920 no Brasil houve repúdio à aceitação dos asiáticos (especialmente os japoneses), fato agravado durante Estado Novo (1937–1945) e a Segunda Guerra. Tal sentimento não se manteve e isto viria a mudar de forma significativa, processo que Lesser (2001)

denominou “negociação da identidade nacional”. Na perspectiva do autor, entre 1920 até o início da década de 1940, a maior parte das publicações não-acadêmicas sobre os japoneses no Brasil foi explicitamente caracterizada por concepções eugenistas e miscigenacionistas de raça. Basicamente, discutia-se sobre a possibilidade da incorporação desses estrangeiros à sociedade brasileira, visto que chegavam ao Brasil em números cada vez maiores⁽⁵⁾. Lesser menciona como exemplo de publicação miscigenacionista o livro “*De japonês a brasileiro (adaptação e nacionalização do imigrante)*” (1932), de autoria de Bruno Lobo, professor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Neste livro, o autor procura demonstrar que as condições raciais e climáticas do Brasil, combinadas a características “etnológicas” dos japoneses resultariam em uma transformação cultural e fisiológica que tornaria a raça brasileira mais forte. Entre os eugenistas, as publicações mais conhecidas foram “*O Perigo Japonês*” (1942) do jornalista Vivaldo Coaracy e “*Seleção Social — Campanha antinipônica*” (1942) de Miguel Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina e um dos idealizadores do Primeiro Congresso de Eugenia, ocorrido em 1929. Couto apontava o imigrante japonês como aquele que se infiltrava no organismo nacional a fim de destruí-lo.

Ainda segundo Lesser, especialmente durante as décadas de 1920 e 1930 houve um desejo “quase neurótico” de aperfeiçoamento racial, o que no caso dos japoneses se tornou mais tarde uma questão pública. A partir da instauração da Convenção Constituinte, encarregada de redigir a Constituição de 1934 e da crescente presença militar japonesa na Manchúria, o debate sobre a imigração japonesa se tornou oficial, notadamente marcado por questões sobre imperialismo, raça, assimilação e nacionalismo. Neste mesmo ano, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio constituiu uma comissão para tratar da questão dos imigrantes, presidida por Oliveira Vianna. No contexto do projeto nacionalista do Estado Novo e da Segunda Guerra, houve um recrudescimento da intolerância contra os asiáticos, mais especificamente contra os japoneses, e a literatura da época reproduziu esse sentimento.

Os japoneses, portanto, não eram vistos como estrangeiros assimiláveis. Segundo Relatório da Comissão de Nacionalização dirigida ao Ministério da Educação e Saúde em outubro de 1940:

Não se deve aplicar o mesmo critério assimilador a asiáticos e europeus. Por maior que seja a nossa boa vontade, por mais profundo que seja o nosso instinto de cordialidade internacional, cumpre-nos defender os caracteres morfológicos do povo brasileiro, preservar as suas possibilidades de aproximação com os tipos europeus iniciadores, mantendo à parte os grupos asiáticos e impedindo o seu desenvolvimento. Destarte, o japonês fica desde logo definido como um problema de política imigratória. A nacionalização, neste caso, não deve significar assimilação étnica. (Relatório da Comissão de Nacionalização dirigida ao Ministério da Educação e Saúde, 1940 *apud* Schwartzman et al., 1985, p. 150)

Uma das entrevistadas, proprietária de um estabelecimento comercial no Bairro da Liberdade,

relata as dificuldades sofridas por sua família nos anos da Segunda Guerra:

Quando começou a Guerra, o pessoal todo da Liberdade foi intimado a sair. Foi uma fase muito difícil, eles não podiam ler jornal. Me contaram que o meu avô foi pego um dia porque ele estava embrulhando as verduras da quitanda dele com jornal japonês. E aí, como era proibido, quiseram levá-lo para a delegacia. Meu pai então falou para o policial levar ele no lugar do meu avô, porque ele não tinha saúde e não ia agüentar ficar preso (...) Nessa época eles saíram de lá e ficaram morando em um sítio no Bosque da Saúde.

Já Hatanaka (2002) defende a idéia de que durante o Estado Novo os japoneses foram excluídos de antemão da possibilidade de tornarem-se cidadãos brasileiros. Nesta exclusão é que foram forjadas as possibilidades de uma contraletura dos ideais estadonovistas, a exemplo da *Taisai Yokusan Doshi Kai* (Associação dos Correligionários da Cooperação da Grande Política), organização que pretendia promover o retorno em massa para o Japão, e da *Shindo-Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos), organização cujo objetivo era eliminar os colonos que aceitavam a derrota japonesa, acreditando na possibilidade de que navios imperiais chegassem ao Brasil para levá-los de volta ao país de origem. Lesser (op. cit) ainda ressalta que as publicações da época de repúdio aos japoneses eram produzidas principalmente por autores de influência política e social no período. Longe de serem pesquisas acadêmicas profissionais, elas representavam, no máximo, os interesses particulares e as opiniões de certos grupos sociais.

Apesar do avanço disciplinar representado por este conjunto de trabalhos que denomino, algumas limitações que podem ser encontradas. Uma delas diz respeito à relação entre as teses formuladas e os casos empíricos. Com algumas exceções, a exemplo de Lesser (2008), que busca compreender o “significado da militância étnica” de esquerda, ou seja, a participação de japoneses em movimentos políticos de resistência e de contestação, pouco se tem avançado nesta direção. Raras têm sido as pesquisas que se dedicam a compreender o significado das atividades econômicas dos imigrantes japoneses. É possível dizer que nesse contexto histórico mais amplo de exacerbação do preconceito contra este grupo de imigrantes, especialmente após a Segunda Guerra, é que os *tanomoshi-ko* surgem no Bairro da Liberdade enquanto estratégia econômica e social intragrupo frente às dificuldades de acesso a oportunidades e às dificuldades de aceitação na sociedade brasileira.

Proponho que não se trata mais de concebê-los enquanto uma instituição intermediária no processo de absorção de imigrantes. Mais do que somente uma atividade econômica voltada para o lucro, ou um tipo de associação que opõe valores tradicionais e modernos, ou mesmo um caso de “transplantação cultural”, os *tanomoshi-ko* têm algo a dizer, possuem significados que podem contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre os japoneses no Brasil, mas até os dias atuais eles têm passado despercebidos pelos pesquisadores.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DE UM *TANOMOSHI-KO* DE COMERCIANTE

A seguir, procuro explorar aspectos relevantes na compreensão deste rico universo de sociabilidade através dos dados de entrevistas realizadas no ano de 2010 com comerciantes, ex-comerciantes e outros profissionais que tiveram participação em grupos de *tanomoshi-ko* no Bairro da Liberdade. A estrutura de funcionamento das ROSCAs varia basicamente de acordo com os valores da contribuição, com as regras informais estabelecidas, com as formas de retirada do montante, e nos *tanomoshi-ko* não é diferente. Nestes, as sessões, ou “rodadas”, ocorrem todos os meses em uma data estabelecida, durante um período de geralmente 12 ou 24 meses de duração. Em todas as sessões há um jantar de confraternização oferecido pelo *Oya*, a pessoa que organiza o *tanomoshi-ko*. Apesar desses aspectos mais gerais, em termos práticos, cada associação possui certa particularidade.

O *tanomoshi-ko* que tomo como exemplo não é mais existente, as descrições aqui contidas remetem a uma atividade encerrada há pelo menos duas décadas e meia. Nesta associação, cada grupo era formado por 12 ou 24 pessoas, podendo haver vários grupos dentro do mesmo *tanomoshi-ko*, dependendo do número total de participantes. Vale ressaltar que esta associação se diferenciava das demais porque a grande maioria dos participantes eram donos de estabelecimentos comerciais. Era atribuído um valor padrão, ou “teto” para a contribuição mensal, que variava de acordo com cada grupo. Portanto, há os grupos em que a contribuição era de baixo valor e, em outros, ela envolvia valores considerados altos. O procedimento básico para a retirada do montante arrecadado em cada sessão era por lance, como ocorre em um leilão, sendo que o menor lance era o vencedor. Este também determinava a contribuição dos outros participantes, portanto, a contribuição mensal podia variar até o término das “rodadas”. O participante que retirava o montante era obrigado a pagar juros de 10% sobre o valor do lance mínimo das sessões posteriores. Isto fora previamente estabelecido pelo *Oya* antes do início das atividades.

A tabela 1 ilustra o funcionamento deste *tanomoshi-ko*. A simulação é feita com um valor de contribuição de 10 unidades (o “teto”) da moeda corrente no período. A partir deste exemplo, será possível compreender de que forma o *tanomoshi-ko* possibilitava crédito para alguns participantes e era uma forma de poupança para outros.

No primeiro encontro é dado início às sessões e, em seguida, como em todos os encontros, é oferecido um jantar, espaço central de sociabilidade entre os participantes. Neste primeiro encontro não há lances, o montante de 110, relativo às contribuições dos 11 outros membros é retirado pelo *Oya*, que geralmente é uma pessoa conhecida no meio social dos participantes e possui boas relações com eles. Nos meses seguintes, o *Oya* pagará 10% de juros sobre o valor do lance vencedor. Esta regra é aplicada a todos os demais participantes que retiram o montante de cada sessão. No segundo mês a sessão já passa a obedecer à regra do lance mínimo. Supondo que o lance vencedor seja de 5, o *Oya* contribuirá com 5,5 (contribuição do lance vencedor mais os juros de 10% sobre ele) e os

demais com 5. Dessa forma, o vencedor recebe, subtraindo a sua contribuição, 55,5. Este geralmente é alguém que se interessa em obter montante imediatamente, concordando em pagar juros nos outros dez meses, ou seja, é um participante que obtém crédito: o resultado final de sua participação é -34,25. Como a maioria dos participantes é comerciante, os entrevistados relatam que os primeiros a retirar o montante são aqueles que necessitam de capital de giro para aplicar em seus estabelecimentos. Sobre esta questão, um dos entrevistados ressalta a participação dos comerciantes nos

Tabela 1—Exemplo ilustrativo de um *tanomoshi-ko* de comerciantes

Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Resultado (bruto)
Lance vencedor	10	5	6	6	6,5	7	7	7,5	7,5	8	8	9	
1° ganhador (<i>Oya</i>)	110	-5,5	-6,6	-6,6	-7,15	-7,7	-7,7	-8,25	-8,25	-8,8	-8,8	-9,9	24,75
2° ganhador	-10	55,5	-6,6	-6,6	-7,15	-7,7	-7,7	-8,25	-8,25	-8,8	-8,8	-9,9	-34,25
3° ganhador	-10	-5	67,2	-6,6	-7,15	-7,7	-7,7	-8,25	-8,25	-8,8	-8,8	-9,9	-20,95
4° ganhador	-10	-5	-6	67,8	-7,15	-7,7	-7,7	-8,25	-8,25	-8,8	-8,8	-9,9	-19,75
5° ganhador	-10	-5	-6	-6	74,1	-7,7	-7,7	-8,25	-8,25	-8,8	-8,8	-9,9	-12,3
6° ganhador	-10	-5	-6	-6	-6,5	80,5	-7,7	-8,25	-8,25	-8,8	-8,8	-9,9	-4,7
7° ganhador	-10	-5	-6	-6	-6,5	-7	81,2	-8,25	-8,25	-8,8	-8,8	-9,9	-3,3
8° ganhador	-10	-5	-6	-6	-6,5	-7	-7	87,75	-8,25	-8,8	-8,8	-9,9	4,5
9° ganhador	-10	-5	-6	-6	-6,5	-7	-7	-7,5	90,5	-8,8	-8,8	-9,9	8
10° ganhador	-10	-5	-6	-6	-6,5	-7	-7	-7,5	-7,5	95,2	-8,8	-9,9	14
11° ganhador	-10	-5	-6	-6	-6,5	-7	-7	-7,5	-7,5	-8	96	-9,9	15,6
12° ganhador	-10	-5	-6	-6	-6,5	-7	-7	-7,5	-7,5	-8	-8	108,9	30,4

tanomoshi-ko.

Filho de japoneses, o entrevistado nasceu em Mirandópolis, mudou-se para São Paulo em 1955 junto com a família em busca de melhores condições de estudo. Neste período, com ajuda de outros japoneses, seus pais abriram um estabelecimento comercial no Bairro do Itaim. Posteriormente, o entrevistado se formou e fez pós-graduação. Atualmente atua em uma organização sem fins lucrativos. Além de destacar a importância dos *tanomoshi-ko* para os comerciantes, a questão central em sua fala é a confiança entre os membros e a integração do grupo. Segundo ele:

Tanomoshi é um trabalho mais de ajuda mútua. Então, o pessoal que não tem capital, se for comerciante, capital de giro, então você participa de *tanomoshi* e você consegue receber uma bolada de uma vez. Mas é uma coisa iminentemente de confiança. Confiança mútua. Se não tiver essa confiança o *tanomoshi* acaba num instante. A gente já ouviu algumas vezes do sujeito sumir com o dinheiro, tem algumas histórias que a gente ouve, né? Mas tem *tanomoshi* que dura anos e anos, então sobretudo isso demonstra confiança e integração do grupo.

Ainda de acordo com a tabela, no terceiro mês o lance vencedor é 6. Tanto o *Oya* quanto o vence-

dor do mês anterior pagam 6,6. O vencedor desta sessão recebe 67,2 e o resultado final de sua participação é -20,95. Os valores dos lances das primeiras sessões geralmente são baixos, uma vez que a obtenção imediata do montante é disputada. Um dos entrevistados também revela a dinâmica das primeiras sessões. O Sr. Fukui (nome fictício) nasceu no Japão e veio para o Brasil aos três anos de idade. Ele trabalhou em colônias japonesas em cidades ao norte do estado. Mudou-se para São Paulo na década de 1960 com a família, onde abriram uma tinturaria, na qual trabalha até hoje. Após algum tempo, passou a frequentar grupos de *tanomoshi-ko* de comerciantes no Bairro da Liberdade por convite de amigos. Segundo ele:

Isso vem desde o Japão. Na Liberdade tinha as pessoas que eram conhecidas e convidava para entrar. Você começava com o de valor pequeno, depois ia pros outros. Antes, na década de 1960 acho que já tinha, mas nós entramos depois. A gente ouvia falar que tinha na cidade, mas não ia arriscar, não sabia como funcionava, e tudo. (...)

Empréstimo do banco era difícil, precisa de testemunha. Quem era comerciante podia já no primeiro tirar o dinheiro e comprar mercadoria. (...) Essa coisa aí é melhor do que pagar empréstimo do banco, né? Não tem problema nenhum. O Comerciante, se tem alguma mercadoria que ele quer comprar, então ele baixa o lance para pegar o total. Os lances às vezes aumentam, às vezes diminuem.

As sessões dos meses subsequentes obedecem à mesma lógica das anteriores e, de acordo com o lance vencedor, as contribuições variam, interferindo no resultado final de cada participante. Na tabela ilustrativa é possível perceber que até sétimo mês aqueles participantes que retiram o montante são obtentores de crédito. A partir do oitavo mês, os participantes que ainda não retiraram o montante têm resultado final positivo, ou seja, são os credores. Trata-se do momento de “virada” em que, segundo os entrevistados, é possível fazer a “poupança”. No oitavo mês, o ganhador da sessão havia contribuído no total com 83,25 e recebeu 87,75. Já o último ganhador contribuiu nos onze meses anteriores com o total de 78,5 e recebeu 108,9, valor próximo à máxima arrecadação possível.

A filiação aos *tanomoshi-ko* é restrita, requer dos membros o compartilhamento de certas características, destacando-se a origem ou descendência japonesa, a condição de imigrante, o domínio do idioma japonês, bem como gostos e costumes. A oportunidade de ingressar nos *tanomoshi-ko* existe quando um participante faz parte das redes de relações de um indivíduo, sejam elas redes de amizades mais próximas ou familiares. As chances de fazer parte da associação aumentam conforme o grau de proximidade das redes, sendo que o principal elemento em jogo neste processo de filiação é a confiança, ou seja, o comprometimento coletivo com obrigações ao longo do período de funcionamento das sessões, como relata um dos entrevistados: “*Se você convidar um amigo que é garantido, aí ele entra. Se você quiser apresentar você fica responsável*”. Sobre esta característica, Granovetter afirma:

Devido ao fato de que cada reunião é tipicamente uma ocasião social, ocorre muitas vezes na residência de um membro, e os membros são geralmente de alguma forma socialmente conectados uns aos outros, essa forma de poupança possui um elemento pessoal e social que carrega a sua própria recompensa, aumenta a solidariedade social, e fornece incentivos adicionais para participação. (Granovetter, Idem, p. 138).

Light (2005), ao analisar o caso das associações de crédito *Kye* de coreanos em Los Angeles, argumenta que as oportunidades de acesso a tais associações dependem da mobilização de recursos disponíveis nas suas redes de relações, ou seja, de *capital social*, segundo as formulações de Portes (1998).

A partir deste caráter restritivo de ingresso fica evidente a constituição de uma certa ordem social baseada em laços comunitários. Ela toma forma em múltiplas expressões advindas dos contatos estabelecidos entre os participantes do grupo. Algumas delas possibilitam o funcionamento dos *tanomoshi-ko* de comerciantes e outras extrapolam este universo. As sanções, por exemplo, são uma forma de punição legitimada neste ambiente de interação, elas ocorrem quando um indivíduo deixa de contribuir com a sua cota mensal. Se isto de fato ocorrer, além do seu desligamento do grupo de *tanomoshi-ko*, a reputação do membro fica comprometida entre os japoneses. Todas as normas do funcionamento deste *tanomoshi-ko* são estabelecidas verbalmente, não há nenhum tipo de acordo formalizado ou registrado.

As sanções, assim como a assiduidade estão diretamente relacionadas à reputação de cada participante frente ao grupo. Segundo fala do entrevistado a respeito da inadimplência:

Nós tivemos um ou dois membros que não cumpriram. Aí então o tesoureiro tinha uma função meio ingrata de cobrar. No geral a gente não precisa ficar cobrando. Daí se não pagar, na próxima rodada ele não participa, vai pro ostracismo. Mas é muito pouco, pode dizer que é totalmente uma exceção.

Quando um indivíduo é assíduo em sua participação e cumpre com todas as obrigações ele passa a ser alguém confiável entre os membros. Neste aspecto, o *Oya* é o participante central, pois este é a referência nas possibilidades de sucesso do grupo.

O *Oya* é quem montou o *tanomoshi*, e para ser *Oya* você tem que ter um *network* muito bom, de forma que as pessoas confiem em você. Esse pode ser *Oya*, não é qualquer um, mas quem faz a imagem é você mesmo. Tem que passar essa imagem de pessoa correta. (...) O *Oya* geralmente era um cara mais velho. Não que os jovens não tenham valor, mas é que quando é mais velho conhece mais gente, já é mais respeitado.

O status adquirido pelo *Oya* também ultrapassa o universo de interação das sessões de *tanomoshi-ko*. Dessa forma, se a sua reputação é positiva, isto geralmente se amplia para outros universos de sociabilidade dos japoneses. O *Oya* passa a ser reconhecido entre os demais por ser “correto” e confiável, e fazer parte do seu círculo de amizades — seja espontaneamente, ou através dos *tanomoshi-ko* ou através de outros tipos de associação — se torna algo valorizado entre os demais japoneses. Ou seja, é conferido ao *Oya* um papel representativo de liderança dos vários aspectos que regem esta ordem social particular. Ainda de acordo com o entrevistado:

Se eu sou *Oya*, e você é meu amigo e faz *tanomoshi* e não paga, eu tenho que pagar por você. Porque as outras pessoas confiaram em mim. Então o *Oya* tem muita responsabilidade. (...) As pessoas ficam contentes em participar de *tanomoshi* de alguns grupos. Então tem gente que gosta de falar que faz *tanomoshi* com o sr. X, com o sr. Y, com o sr. Z. Só de fazer parte do *tanomoshi* já é um status, e fazer com pessoas conhecidas é outro status. Fazer parte de *tanomoshi* de amigos dignos também é um status.

Do ponto de vista organizacional, deve-se considerar uma variedade de *tanomoshi-ko*, eles são diversos no que se refere às regras de funcionamento, ao número de participantes, à quantidade de dinheiro envolvido. Há também *tanomoshi-ko* restritos a japoneses oriundos de Okinawa, evidenciando a distinção entre *naiti-jin* e *okinawa-jin*. Os japoneses nascidos na ilha de Okinawa são chamados de *okinawa-jin*, enquanto os habitantes do resto do arquipélago são identificados como *naiti-jin*. Mesmo que a lógica instrumental voltada para o lucro possa predominar em alguns poucos casos, o que de fato torna possível que essas associações existam é o compromisso coletivo de ajuda baseado na confiança mútua entre os participantes. Este é o elemento comum em todos os casos de *tanomoshi-ko* existentes. Vieira (1972), ao analisar as associações dos japoneses de Marília, distingue três tipos de *tanomoshi-ko* de acordo com a sua finalidade. Um deles é mais voltado para a aquisição da capital, enquanto os outros dois são organizados visando a manutenção de associações recreativas, ou simplesmente com o objetivo de promover espaços de interação entre os japoneses.

Assim como ocorre entre os japoneses de Marília, no Bairro da Liberdade os *tanomoshi-ko* voltados principalmente para a aquisição de capital sempre coexistiram com aqueles cujo objetivo maior era fortalecer os laços de sociabilidade. Um dos entrevistados relata a sua participação em um *tanomoshi-ko* que não é voltado para a realização de crédito e poupança. O objetivo maior é reforçar as relações de amizade entre os participantes, todos eles japoneses ou descendentes:

Eu pessoalmente participo de um *tanomoshi* e não tem esse cunho de ajuda financeira, mas é muito mais de aproximação. A quase totalidade dos participantes foram bolsistas. Para não perder esse vínculo comum, nós organizamos esse *tanomoshi*. Esse *tanomoshi* tem mais de vinte anos. E ainda ontem foi o jantar do *tanomoshi*. Então isso tem uma característica de

aproximação, inclusive é uma forma de sustentação dessa associação, porque sempre sobra um resíduo que vai acumulando e que a entidade ajuda quatro entidades beneficiárias.

O *tanomoshi-ko* do qual o entrevistado participa — e também ajuda a organizar — funciona da seguinte forma: há cerca vinte membros que se reúnem mensalmente e os valores totais são guardados sob a forma de um fundo. Quando os participantes necessitam do dinheiro, estes fundos são liberados. Caso o participante não retire o dinheiro após o período de duração das sessões, o montante é entregue no término do *tanomoshi-ko*. Há também a cobrança de taxas relativas a despesas com os jantares e custos administrativos. A quantia de dinheiro investida neste *tanomoshi-ko* não é alta, segundo o entrevistado e sequer representa um investimento rentável.

Dessa forma, considera-se a presença de uma racionalidade econômica no *tanomoshi-ko* de comerciantes do Bairro da Liberdade, mas explicar o seu funcionamento depende de um conjunto de elementos inevitavelmente construídos socialmente. Isto significa que se trata de uma atividade econômica que adquire sentido somente quando analisada em um contexto social mais amplo. Compreender qual é este sentido, intimamente relacionado à experiência migratória, representa um desafio atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura acadêmica a respeito das Associações Rotativas de Crédito e Poupança possui certa tradição dentro das ciências sociais, mas ela ainda aguarda maior atenção por parte dos estudiosos, especialmente daqueles interessados na área dos estudos migratórios. Vimos que desde a década de 1960 houve um intenso debate a respeito deste tema, e um dos desafios atuais é dar continuidade à discussão teórica analisando novos casos empíricos. Foi sugerido aqui que, caso tenhamos interesse em contribuir para a construção de uma narrativa sobre a imigração japonesa no Brasil a partir do universo acadêmico, devemos considerar este tipo de associação enquanto algo central na experiência migratória dos japoneses. Uma perspectiva que se situa na interface entre os estudos migratórios e a chamada “nova” sociologia econômica representa uma alternativa atual.

A lógica de funcionamento dos *tanomoshi-ko* está sempre inscrita em estruturas de relações sociais, não se trata somente de uma situação de busca pela maximização de ganhos sob condições de incerteza, risco e ausência de informações. Na realidade, é difícil conceber este tipo de associação enquanto regido pela mesma lógica do mercado formal: a racionalidade econômica não é concebida enquanto autônoma das relações pessoais que lhe dão significado. Situações de risco, por exemplo, ganham novas atribuições no *tanomoshi-ko*, pois somente grupos bastante coesos de indivíduos são capazes de assumir riscos coletivamente, atribuindo sanções, normas e benefícios. Neste processo é que devem ser compreendidos os limites e o significado desta associação.

O *tanomoshi-ko* de comerciantes do Bairro da Liberdade que utilizei como exemplo — assim

como vários outros tipos de associação dos japoneses em São Paulo, como os *Kaikan* e as *Nihon-jin kai*—foi uma associação estratégica criada e mantida por imigrantes japoneses e seus descendentes, está localizada historicamente em um contexto social mais amplo, em que as restrições de acesso a oportunidades e o preconceito contra os imigrantes estavam presentes. Apesar da inexistência de dados secundários que permitam mensurar a presença dos japoneses no setor de serviços do Bairro da Liberdade, os dados analisados a partir de entrevistas com comerciantes ex-participantes de *tanomoshi-ko* permitem afirmar que este tipo de associação foi fundamental para o desenvolvimento e a manutenção de estabelecimentos comerciais de japoneses e descendentes no local. Para os imigrantes em questão, este tipo de associação significou muito além de uma atividade econômica voltada para o lucro, ou um tipo de associação que opõe valores tradicionais e modernos, ou mesmo um caso de “transplantação cultural”.

Espera-se que o interesse dos pesquisadores na imigração japonesa para o Brasil seja reavivado em dimensões mais amplas, pois além da escassez de uma revisão crítica da literatura acadêmica nacional sobre imigrantes japoneses, pouca atenção tem sido dada a temas centrais para o desenvolvimento de futuras pesquisas, a exemplo dos *tanomoshi-ko*, das cooperativas agrícolas, das associações recreativas, entre tantos outros.

NOTES

- (1) Doctorate student in Sociology at University of São Paulo. Researcher at Núcleo de Antropologia Urbana da USP and researcher at Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação da USP. E-mail: gtaniguti@usp.br
- (2) Para mais informações a respeito da formação da ELSP e da FFLCH, ver JACKSON, Luiz Carlos. “Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)”. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, pp. 115-130, 2007. Ver também CANDIDO, Antonio. “A sociologia no Brasil”. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006 (1959). pp. 271-301.
- (3) Em séries históricas, é possível verificar que tanto o estado de São Paulo como o estado da Califórnia foram aqueles que receberam os maiores números de imigrantes japoneses em relação ao total em cada país. Entre 1899 e 1941, o Brasil foi o país que mais recebeu japoneses na América Latina (188.986), seguido do Peru (33.070) e México (14.476). Em 1940, 93.717 japoneses ou 73,8% do total residiam no estado da Califórnia. No mesmo ano, 132.216 japoneses, ou 91,5% do total residiam no estado de São Paulo. Fontes: *US Census/ Yearbook of Immigration Statistics*, 2003; Censo demográfico do IBGE, 1940 apud *Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*, IBGE, 2008.
- (4) Utilizando a definição de Eisenstadt, Vieira considera as “agências étnicas formalizadas” enquanto associações no interior das quais o sistema de status interno e a vida comunal dos grupos étnicos se formam e são mantidos.
- (5) Segundo o Departamento de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, até 1941, 188.309 japoneses entraram no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDO, Zempati. *Pioneirismo e cooperativismo—história da Cooperativa Agrícola de cotia*. São Paulo, ESP, 1961, 117p.

- ARDENER, Shirley. "The Social and Economic Significance of the Contributions Club among a Section of the Southern Ibo". Conference Proceedings, *West African Institute of Social and Economic Research*, 1953.
- . "The Comparative Study of Rotating Credit Associations." *Journal of the Royal Anthropological Institute* 94 (2), 1964, pp. 201-229,
- ARDENER, Shirley; BURMAN, Sandra (eds). *Money Go-Rounds: The Importance of Rotating Savings and Credit Associations for Women*, Berg Publications Limited, Oxford, 1995, 320p.
- BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emilio. "Casas e túmulos japoneses no vale do Ribeira de Iguape". *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. LXXVII, 1941, pp. 121-135.
- . "Cultural Change among Japanese Immigrants in Brazil". *Sociology and Social Research* XXVI, 1942, pp. 525-537
- BASCOM, William R. "The Esusu: A Credit Institution of the Yoruba". *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, Vol. 82, No. 1, 1952, pp. 63-69.
- BECKERT, Jens. 1996. "What is Sociological About Economic Sociology? Uncertainty and the Embeddedness of Economic Action." *Theory and Society* 25/26, 1996, pp. 803-840.
- BESLEY, Timothy; COATE, Stephen; LOURY, Glenn. "The Economics of Rotating Savings and Credit Associations". *The American Economic Review*, Vol. 83, No. 4, 1993, pp. 792-810.
- BIGGART, Nicole W. "Banking on each other: The situational logic of rotating savings and credit associations". *Advances in Qualitative Organization Research*, 3, 2001, pp. 129-153.
- BOUMAN, F. J. A. Rotating and Accumulating Savings and Credit Associations: A Development Perspective. *World Development*, Vol. 23, No. 3, 1995, pp. 371-384.
- BONNETT, Aubrey W. "An Examination of Rotating Credit Association among Black West Indian Immigrants in Brooklyn," In: *Sourcebook on the New Immigration: Implications for the U.S.A. and the International Community*, ed. by R. S. Bryce LaPorte, Transaction Books, New Jersey, 1980, pp. 271-284.
- CANDIDO, Antonio. "A sociologia no Brasil". *Tempo Social*, v.18, n. 1, 2006 (1959). pp. 271-301.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. (1959), "O Papel das Associações Juvenis na Aculturação dos Japoneses". *Revista de Antropologia*, vol. 7, pp. 101-122.
- . *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo*. São Paulo, Primus, 1995 [1972], 196p.
- COARACY, Vivaldo. "O Perigo Japonês (ensaio publicado no Jornal do Commercio de abril a junho de 1942)". Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- COUTO, Miguel. *Seleção Social — Campanha antinipônica*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942
- DECKLE, Robert; HAMADA, Koichi. "On the Development of Rotating Credit Associations in Japan". *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 49, No. 1, 2000, pp. 77-90.
- EISENSTADT, Shmuel Noah. "Sociological Aspects of the Economic Adaptation of Oriental Immigrants in Israel: A Case Study in the Process of Modernization". *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 4, No. 3 (Apr., 1956), pp. 269-278.
- . *The absorption of immigrants: a comparative study based mainly on the Jewish community in Palestine and the State of Israel*. London: Routledge & Paul, 1954, 275 p.
- EMBREE, John. *Suye Mura, A Japanese Village*. London: Kegan Paul, 1946, 268 p.
- FEI, Hsiao Tung. *Peasant Life In China*. London: Routledge Kegan & Paul, 1981 (1939), 332 p.
- FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. "The Sociology of Markets". *Annual Review of Sociology*, v. 33, 2007, pp. 105-128.
- GEERTZ, Clifford. "The Rotating Credit Association: A 'Middle Rung' in Development". *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 10, No. 3, 1962, pp. 241-263.

- GRANOVETTER, Mark. "Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- . "The economic sociology of firms and entrepreneurs". In: PORTES, Alejandro (Ed.). *The economic sociology of immigration: Essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*. New York, Russel Sage Foundation, 1995, pp. 128-165.
- GUIMARÃES, Laís de Barros M. "Liberdade". In: *História dos bairros de São Paulo* — Vol. 16. São Paulo: 1979, 163 p.
- HATANAKA, Maria Lúcia. E. *O processo judicial da shindo-remmei. Um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2002, a65 p.
- HSIAO-TUNG Fei. *Peasant Life in China: A Field Study of Country Life in the Yangtze Valley*. Hesperides Press, 2008, 336 p.
- IZUMI, Seiichi; SAITO, Hiroshi. "Pesquisa sobre a a Aculturação dos Japoneses no Brasil". *Sociologia*, São Paulo, vol. XV, n°3, 1953.
- IBGE. *Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. São Paulo, IBGE, 2008.
- JACKSON, Luiz Carlos. "Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)". *Tempo Social*, v. 19, n. 1, pp. 115-130, 2007.
- KISHIMOTO, Alexandre. *A experiência do cinema japonês no bairro da Liberdade*. São Paulo, 2010 (Dissertação de mestrado) — FFLCH/USP.
- KULP, Daniel Harrison, *Country Life in South China: The sociology of Familism - Phenix Village, Kwatung, China*. Taipei: Cheng-wen Publishing Co., 1966 (1925), 367 p.
- KURTZ, Donald V. "The Rotating Credit Association: An Adaptation to Poverty". *Human Organization*, 32, 1, 49-58, 1973.
- LESSER, Jeffrey. *A Negociação Da Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias E A Luta Pela Etnicidade No Brasil*. São Paulo, Ed. Unesp, 2001, 344 p.
- . Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2008, 293 p.
- LIGHT, Ivan. *Ethnic Enterprise in America*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1972, 209 p.
- . "The ethnic economies" In: Smelser, J. Neil/Richard Swedberg. *The Handbook of Economic Sociology*, 2nd Ed. Princeton: Princeton University Press, 2005, pp. 650-677.
- LIGHT, Ivan & DENG, Zhong. "Gender Differences in ROSCA Participation within Korean Business Households in Los Angeles", In: *Money Go-Rounds: The Importance of Rotating Savings and Credit Associations for Women*, edited by Shirley Ardener and Sandra Burman. London: Berg, 1995, pp. 217-240.
- LIGHT, Ivan; KWUON, Jung; DENG, Zhong. "Korean Rotating Credit Associations in Los Angeles." *Amerasia* 16, 1990, pp 35-54.
- LOBO, Bruno. *De japonês a brasileiro (adaptação e nacionalização do imigrante)*. Rio de Janeiro: Typ. Do Dep. Nacional de Estatística, pp. 153-156 e 159, 1932.
- LOW, Alaine. "A bibliographical survey of rotating savings and credit associations". Centre for Cross-Cultural Research on Women, University of Oxford, 1995, 65 p.
- MORI, Koichi. ブラジルにおける日本移民研究の回顧と展望. (Retrospecto e Perspectiva de Estudos da Imigração Japonesa no Brasil). Texto apresentado no Programa Internacional dos Conflitos humanos do COE, *Imigrantes japoneses em estudos retrospectivos: Brasil, desafios atuais*. Osaka, 2010.
- NEGAWA, Sachio. *Formação e transformação do bairro oriental: um aspecto da história da imigração asiática na cidade de São Paulo, 1915-2000*. São Paulo, 2000. (Dissertação de mestrado) — FFLCH/USP.

- NUCCI, Priscila. *Os Intelectuais diante do Antiniponismo no Brasil: Textos e Silêncios*. Campinas, 2000 (Dissertação de mestrado) — IFCH/UNICAMP.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa na história contemporânea do Brasil*. São Paulo: 1971. (Tese de Doutorado) — FFLCH/USP.
- PEIXOTO, João. “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”, *SOCIUS Working Papers*, Nº 11/2004.
- PORTES, Alejandro (Ed.). *The economic sociology of immigration*. New York, Russell Sage Foundation, 1995, 308 p.
- . “Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology”. *Annual Review of Sociology*, Vol. 24. 1998, pp. 1-24.
- . *Economic sociology: A Systematic Inquiry*. Princeton, Princeton University Press, 2010, 307 p.
- SAITO, Hiroshi. “Alguns aspectos da adaptação de japoneses no Brasil” *Sociologia*, XX, vol. 3, São Paulo: Ed. Escola de Sociologia e Política, 1958.
- . *O japonês no Brasil*. São Paulo: Ed. Escola de Sociologia e Política, 1961.
- . *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973.
- SANDSØR, Astrid Marie Jorde. *The Rotating Savings and Credit Association — An Economic, Social and Cultural Institution*. Thesis for the degree Master of Economic Theory and Econometrics, Department of Economics, University of Oslo, 2010, 75 p.
- SEYFERTH, Giralda. “Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira”. In: Zarur, George de Cerqueira Leite. (Org.). *Etnia e Nação na América Latina*. Washington: Secretaria Geral da OEA- Organização dos Estados Americanos, 1996, v. II, p. 17-36.
- STEINER, Philippe. *A Sociologia Econômica*. São Paulo: Atlas, 2006, 136 p.
- SUZUKI, Teiti. *The Japanese Immigrant in Brazil - Narrative part*. Tokyo: Tokyo University Press, 1969, 321 p.
- SWEDBERG, Richard. “Introducing economic sociology”. In: Smelser, J. Neil/Richard Swedberg. *The Handbook of Economic Sociology*, 2nd Ed. Princeton: Princeton University Press, 2005, pp. 3-25.
- . “The toolkit of economic sociology”. In: Weingast, Barry R., Wittman, Donald. *The Oxford Handbook of Political Economy*. Oxford University Press, 2008, pp. 937-950.
- TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Humanitas, 2008. 286 p.
- VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *“O japonês na frente de expansão paulista”*. São Paulo: Pioneira, 1973, 272 p.
- WILLEMS, Emilio. “Recreação e assimilação entre imigrantes alemães e japoneses e seus descendentes” *Sociologia*, n. 4, v. 3, São Paulo: Ed. Escola de Sociologia e Política, 1941, p. 302-310.
- WILLEMS, Emilio; SAITO, Hiroshi. “Shindô-Renmei: um problema de aculturação”. *Sociologia*, n. 2, v. 9, 1947. pp. 133-152
- WU, DAVID Y. H., “To kill three birds with one stone: the rotating credit associations of the Papua New Guinea Chinese”. *American Ethnologist* Volume 1, Issue 3, August 1974, pp. 565-584.
- ZELIZER, Viviana A. Beyond the Polemics of the Market: Establishing a Theoretical and Empirical Agenda. *Sociological Forum*, v. 3, n. 4, 1998, pp. 614-34.
- . “Circuits within capitalism” In: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard (ed.). *The Economic Sociology*

of Capitalism, Princeton University Press, 2005, pp. 289–322.

ZHOU, Min. *Chinatown: The Socioeconomic Potential of an Urban Enclave*. Philadelphia: Temple University Press, 1992, 275 p.

———. “Segmented Assimilation: Issues, Controversies, and Recent Research on the New Second Generation”. *International Migration Review*, Vol. 31, No. 4, 1997, pp. 975–1008.